

# **Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu**

**Cristina Sturmer dos Santos**

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil  
e-mail: cristinasturmer@gmail.com

**Luis Claudio Krajevski**

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil  
e-mail: luisclaudio@uffs.edu.br

## **Resumo**

Diante do debate e experiências referentes a reforma agrária, existe um vasto campo para pesquisa de lacunas ainda existentes. O impacto socioeconômico dos assentamentos se configura como uma dessas lacunas. No Paraná, mais precisamente no município de Rio Bonito do Iguaçu, foram implantados dois assentamentos rurais no período de 1997/1998, os quais reúnem, aproximadamente, 1.530 famílias assentadas. Assim definiu-se como objetivo deste estudo identificar a evolução dos indicadores socioeconômicos de Rio Bonito do Iguaçu, em decorrência da instalação dos assentamentos “Marcos Freire” e “Ireno Alves dos Santos”. A metodologia utilizada para avaliar os impactos consiste no estudo de caso sobre o município de Rio Bonito do Iguaçu, através de dados secundários referentes a alguns indicadores socioeconômicos. Analisando a produção agropecuária e os índices de renda, desigualdade e pobreza, observa-se que os assentamentos proporcionaram uma modificação produtiva no município, intervindo diretamente na realidade socioeconômica local. Desta forma, conclui-se que a implementação destes dois assentamentos permitiu a alteração não só da estrutura fundiária neste território, mas, também, a transformação da estrutura produtiva e da realidade socioeconômica do município de Rio Bonito do Iguaçu.

**Palavras-chave:** Indicadores socioeconômicos; reforma agrária; Rio Bonito do Iguaçu.

## **Rural settlements and socioeconomic changes in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu**

### **Abstract**

In the face of the debate and experiences related to agrarian reform, there is a vast field for research with existing gaps. The socioeconomic impact of settlements is one of these gaps. In Paraná, more precisely in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu, two rural settlements were implemented in the period 1997/1998, which bring together approximately 1,530 settled families. Thus, the objective of this study was to identify the evolution of the socioeconomic indicators of Rio Bonito do Iguaçu, as a result of the installation of the settlements "Marcos Freire" and "Ireno Alves dos Santos". The methodology used to evaluate the impacts consists of the case study about the municipality of Rio Bonito do Iguaçu, through secondary data referring to some socioeconomic indicators. Analyzing the agricultural production and the indices of income, inequality and poverty, it is observed that the settlements provided a productive change in the municipality, intervening directly in the local socioeconomic reality. In this way, it can be concluded that the implementation of these two settlements allowed the alteration not only of the land structure in this territory, but also the transformation of the productive structure and socioeconomic reality of the municipality of Rio Bonito do Iguaçu.

**Keywords:** Socioeconomic indicators; land reform; Rio Bonito do Iguaçu.

## **Asentamientos rurales y las modificaciones socioeconómicas en el municipio de Rio Bonito do Iguaçu**

### **Resumen**

Ante el debate y experiencias referentes a la reforma agraria, se percibe un amplio campo de pesquisa aún por hacerse. El impacto socioeconómico de los asentamientos se presenta como uno de esos vacíos. En Paraná, más precisamente en el municipio de Rio Bonito do Iguaçu, fueron implantados dos asentamientos rurales en el periodo de 1997/1998, los cuales reúnen alrededor de 1.530 familias asentadas. De este modo, se ha definido como objeto de este estudio identificar la evolución de los indicadores socioeconómicos de Rio Bonito do Iguaçu a causa de los asentamientos "Marcos Freire" e "Ireno Alves dos Santos". La metodología empleada para evaluar los impactos consiste en el estudio de caso sobre el municipio de Rio Bonito do Iguaçu, mediante datos secundarios relacionados a algunos indicadores socioeconómicos. Analizando la producción agropecuaria y los índices de ingreso, desigualdad y pobreza, se puede observar que los asentamientos han proporcionado un cambio productivo en el municipio, interviniendo de modo directo en la realidad local. Por lo tanto, se concluye que la implementación de estos dos asentamientos ha logrado no solo una alteración en la estructura agraria, sino también la transformación de la estructura productiva y de la realidad socioeconómica del municipio de Rio Bonito do Iguaçu.

**Palabras-clave:** Indicadores socioeconómicos; reforma agraria; Rio Bonito do Iguaçu.

### **Introdução**

A discussão sobre a questão agrária é extremamente abrangente e diversa no Brasil (MORISSAWA, 2001; STEDILE E LOCONTE, 1997). Dentro dessas se inserem os debates sobre reforma agrária e os assentamentos rurais, as discussões acerca do problema histórico e estrutura relacionado à desigualdade e concentração de terras no país (MIRALHA, 2006). Estudos demonstram (LEITE, 2010; SPAROVEK, 2003; LEITE, 2006) que a implementação de assentamentos rurais, pela sua natureza, em maior ou menor medida produzem mudanças na estrutura fundiária, que podem conduzir a modificações na economia regional, no meio ambiente, em aspectos sociais e políticos dos territórios onde se instalam.

Porém, existem inúmeras contradições e problemas que necessitam ser melhor compreendidos com relação aos assentamentos rurais. Há, portanto, a necessidade de estudos que possam contribuir para a melhor implantação e visualização das potencialidades e debilidades das propostas atuais de assentamentos. Neste sentido, o presente trabalho propõe analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos visando mensurar os impactos dos Projetos de Assentamentos Federal (PA's) no município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná (PR). Define-se como principal objetivo do estudo identificar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do

Iguaçu em decorrência da instalação dos assentamentos “Marcos Freire” e “Ireno Alves dos Santos”.

Para a consecução deste objetivo, utilizou-se uma pesquisa descritiva com metodologia predominantemente qualitativa, através de estudo de caso, resultado de análise documental e dados secundários obtidos nas bases oficiais. Serão analisados os indicadores socioeconômicos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e os dados os Censos Agropecuários de 1996 e 2006 com o intuito de observar os componentes dos indicadores e visualizar os efeitos dos PA's no município.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. A seção dois debate os elementos teóricos a respeito dos assentamentos e seus impactos socioeconômicos. Em seguida, se discute a metodologia adotada neste trabalho. Logo após, se apresentam os dados obtidos e se analisam os resultados. Por fim, tem-se as considerações finais.

### **Assentamentos rurais e impactos socioeconômicos**

Partindo de uma perspectiva histórica, observa-se que a ocupação do território brasileiro se fundamentou na exploração agrícola e de recursos naturais, visando a produção de excedentes destinados à exportação. Situação essa que pode ser verificada nas movimentações territoriais após o processo de colonização e nos diferentes ciclos econômicos brasileiros, precisamente cana-de-açúcar, mineração e café (MORISSAWA, 2001). Visualiza-se que a formação da estrutura fundiária do Brasil provocou um desenvolvimento na agricultura baseado no latifúndio e na monocultura para a exportação, base do modelo de desenvolvimento primário-exportador (FURTADO, 2003).

Como consequência desse processo de concentração e forma de uso da terra, podemos destacar a geração de desigualdades regionais, econômicas e sociais, e um deslocamento expressivo de populações do campo rumo aos grandes centros urbanos. Inúmeras contradições e mobilizações das massas de excluídos do campo emergem como resultado desse êxodo rural ocorrido ao longo do tempo. Estas consequências negativas acabam provocando a insatisfação de determinados setores da sociedade, possibilitando a formação de movimentos sociais que reivindicam o direito à terra.

A luta pela terra é composta por diversos atores sociais, contextos regionais e períodos distintos na história brasileira, apresentando inclusive alguns conflitos significativos, que vão desde o episódio ocorrido no Arraial de Canudos (1893-1897), no sertão da Bahia, até a Revolta dos Posseiros (1940-1950) no Sudoeste do Paraná (MORISSAWA, 2001). As mobilizações em torno da questão agrária no Brasil estão relacionadas principalmente à luta por uma reforma na estrutura agrária do país, traduzindo-

se na forma de políticas que proporcionaram a criação de diversos instrumentos institucionais e de organização social.

Assim, as alterações na estrutura fundiária brasileira são sensíveis a pressões sociais fruto das organizações de povos tradicionais, de famílias agricultoras, ou de agricultores despossuídos que constituem movimentos sociais. Dentre estes últimos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este se materializou fruto de uma construção histórica e política que conduziu sua formação no ano de 1984. Atualmente, se organiza por todo o território brasileiro, através de inúmeras ações relacionadas à reforma agrária e às famílias agricultoras.

Pela diversidade regional existente no Brasil e de acordo com a heterogeneidade dos conflitos agrários que se enfrenta, a política de reforma agrária no país permite a criação de diversas realidades reformadas (COCA, 2011). Parte desses instrumentos são as criações de Projetos de Assentamentos rurais (PA), existindo vinte tipos de assentamentos de Reforma Agrária<sup>1</sup> dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Os projetos de assentamentos rurais estão inseridos num conjunto de situações que antecedem a sua implementação. Dentre estas situações, destacam-se a regularização de posseiros, resolução de conflitos de grilagem, ocupação de organizações de trabalhadores (como é o caso do MST), resistência de populações nativas, estruturas falidas ou abandonadas, entre outras geradas pelos mais diversos métodos utilizados (LEITE, 2000). Nesse contexto, os assentamentos rurais podem ser entendidos como “[...] o tipo de ocupação do espaço rural que dá espaço à construção de atividades rurais de cunho familiar (individual e coletivo)” (FILIPPI, 2005, p. 03). Até o ano de 2013, existiam 1.258.205 famílias assentadas em todo o Brasil, de acordo com o sitio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013).

Referente a este processo de reforma agrária existem diversas dúvidas e questões relacionadas à eficiência do modelo adotado no Brasil. São questões relacionadas ao financiamento do PNRA, a forma de organização dos assentamentos, além de outras questões referentes a dimensões mais amplas de vida e trabalho no campo, as quais não se reduzem a concessão da terra. Um obstáculo ao estudo da questão agrária no Brasil é o problema relacionado à insuficiência de dados sobre a estrutura agrária do país e sobre a reforma agrária em si. David *et al* coloca que “No Brasil, a questão agrária tem sido objeto de lutas sociais e políticas intensas, mas a ausência de uma base de dados confiáveis sobre o assunto limita o debate democrático” (David *et al*, 1998, p.115). Nesse contexto, germinam trabalhos e estudos que visam dimensionar os efeitos dos PA's, buscando possibilitar a criação de parâmetros de avaliação (LEITE, 2000). E questionando afirmações reducionistas

---

<sup>1</sup>Para mais informações sobre a tipologia dos assentamentos rurais ver Coca (2013).

que desqualificam ações nesse sentido, colocando a reforma agrária como “uma tese ultrapassada e obsoleta, incompatível com o atual estágio do capitalismo brasileiro e não apresenta nenhum impacto econômico na sociedade” (LEITE, 2006, p. 149).

O estudo dessas experiências pode contribuir para o entendimento e a potencialização da reforma agrária no Brasil, porém ainda existem poucas pesquisas nesse sentido. Nos estudos que já foram realizados, são apresentados resultados que indicam que as regiões com áreas de assentamentos “[...] constitui-se um novo cenário com uma dinâmica social e econômica própria” (NETO *et al.*, 2012, p.155). Este panorama acaba gerando processos complexos de inter-relação entre os assentados, o poder público e os demais agentes do entorno dos PA's, de maneira que podem ocorrer modificações significativas na dinâmica regional. Assim, cria-se uma “[...] realidade agrária ‘reformada’ nada desprezível [...], com um potencial de inserção - econômica, política e social a ser explorado mais exaustivamente” (LEITE, 2010, p.02).

As motivações que geram impactos no assentamento e seu entorno podem estar associadas ao nível de organização política e social, tornando possível outro estágio de organização econômica e produtiva proporcionado pelos assentados (LEITE, 2010). Outra razão para a geração de modificações regionais, refere-se à redistribuição do fator de produção (terra) como potencial criador de “efeitos multiplicadores” na economia local ligada ao assentamento. Dentre elas, a diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e as mudanças tecnológicas, são aspectos que elevam a renda dos assentados. Conseqüentemente, isto acarreta em aquecimento do comércio local, maior arrecadação de tributos e movimentações bancárias, ou ainda efeitos ligados a capacidade do assentamento de se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional (LEITE, 2010).

Outro fator que ocasiona impactos regionais está relacionado à questão demográfica. Inicialmente em decorrência do próprio aumento populacional, mas, também, dependendo da origem da nova população, é possível a ocorrência de uma reorganização política territorial. Questões relacionadas à demografia podem ser decisivas para o sucesso da atividade agrícola, uma vez que se os agricultores assentados não dominarem técnicas de cultivo regionais ou se tiverem dificuldades quanto a adaptação à cultura regional, conflitos e resultados negativos podem ser detectados. Modificações mais profundas e estruturais também podem ser desencadeadas pela organização e efetivação dos assentamentos. Como as referentes a questões de gênero e emancipação das mulheres (GONÇALVES, 2004).

Considerando os impactos econômicos positivos resultados dos assentamentos, existe a criação direta e indireta de empregos, o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, a obtenção de divisas e o aumento da arrecadação tributária

(SPAROVEK, 2003). Como impactos sociais da instalação de assentamentos, poderiam ser consideradas a melhoria na qualidade de vida, a redução da imigração rural-urbana, a diminuição dos problemas urbanos decorrentes do crescimento das cidades, a queda no excesso de mão de obra desempregada das cidades, a maior estabilidade familiar e a manutenção de manifestações culturais do meio rural (SPAROVEK, 2003).

Teófilo e Olinto (2000), ao destacar o trabalho de Joseph Stiglitz “Distribuição, Eficiência e Voz: Elaborando Reformas de Segunda Geração”, apresentam argumentos importantes para demonstrar a capacidade das políticas de redistribuição, como à reforma agrária, possuem. Stiglitz critica a ideia neoclássica tradicional que propõe que a livre ação dos mercados tem capacidade de conduzir a um cenário de Eficiência de Pareto<sup>2</sup> (TEÓFILO e OLINTO, 2000). Conforme estes autores, Stiglitz argumenta essa ideia propondo que “o Estado pode atingir a equidade social, primeiro redistribuindo ativos econômicos (terra e/ou capital), e em seguida deixando que os mercados atinjam um equilíbrio competitivo eficiente” (TEÓFILO e OLINTO 2000, p.13). Assim, considera que em um cenário de informações imperfeitas, ações do Estado podem beneficiar uns sem prejudicar outros, permitindo que se atinja o equilíbrio de Pareto. Desta forma, a criação de políticas de reforma agrária geraria impactos na geração de taxas maiores de eficiência produtiva, impactos na educação, na geração de capital social e permitiria a criação de capacidades diferenciadas de enfrentamento a crises econômicas, reduzindo seus efeitos maléficos a economia (TEÓFILO e OLINTO, 2000).

## **Metodologia**

Este estudo se constitui de uma pesquisa descritiva, pois se objetiva descrever o comportamento de um determinado grupo em uma situação específica (LEAL e SOUZA, 2006). Quanto aos procedimentos, se utiliza de um estudo de caso, precisamente, da evolução dos indicadores socioeconômicos de Rio Bonito do Iguaçu com foco nas modificações decorrentes da instalação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. O estudo tem uma abordagem de pesquisa predominantemente qualitativa, não sendo utilizados métodos estatísticos de tratamento dos dados e correlação, se restringindo a algumas estatísticas descritivas.

Para mensurar a evolução dos indicadores do município de Rio Bonito do Iguaçu utilizou-se dados secundários e análise documental dos registros do município. O período analisado nesta pesquisa compreende desde a data anterior da criação dos assentamentos

---

<sup>2</sup> De acordo com Varian, “Uma situação econômica é eficiente no sentido de Pareto se não existir um modo de melhorar a situação de algum grupo de pessoas sem piorar a de algum outro grupo. O conceito de eficiência de Pareto pode ser utilizado para avaliar diferentes formas de alocar os recursos” (Varian, 2006, p.19).

(entre 1997 e 1998) até o período posterior a implementação dos PA's. Desta forma, é possível visualizar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município. Os dados utilizados foram dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006.

Após o levantamento dos dados secundários se comparou os diferentes períodos, procurando investigar os componentes dos indicadores que influenciaram as modificações. A análise de resultados está dividida em três momentos: o primeiro focado no resgate histórico do tecido social onde estão os assentamentos; o segundo focado na análise dos indicadores econômicos referente à produção, analisando os impactos dos assentamentos na produção agropecuária do município; e um terceiro momento no qual são verificados os dados referentes aos indicadores de renda, desigualdade e pobreza e, posteriormente, como isso pode afetar os indicadores socioeconômicos. Assim, é possível evidenciar dois tipos de modificações: uma relacionada a estrutura fundiária e produtiva e outra ligada a modificações populacionais e socioeconômicas.

Um ponto de atenção sobre as análises dos dados está ligado à diferença entre as bases de dados e a metodologia nos diferentes Censos Agropecuários. Como alertado por Hoffmann e Ney (2010, p. 08), muitos estudos que realizaram análises da estrutura fundiária do país declaram que

"há problemas de comparabilidade dos dados do Censo de 2006 com o de 1995/1996. [...] O próprio IBGE (2009) afirma que é necessário considerar a influência da mudança do período de coleta dos dados nas estimativas da distribuição da posse da terra".

Com isso, alguns cuidados são necessários no momento da análise dos dados coletados.

## **Resultados e discussões**

As discussões presentes nesta seção se baseiam em três análises: processo histórico; estrutura fundiária e produção agropecuária; e alterações populacionais, incluindo indicadores socioeconômicos. Estas diferentes perspectivas permitem compreender a ocupação de boa parte do território de Rio Bonito do Iguaçu, a estrutura fundiária e a produção existente antes e depois da implantação dos assentamentos e seus efeitos, principalmente quanto as transformações socioeconômicas que ali ocorreram.

## **Rupturas e continuidade: o processo de formação dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire**

Entre as mesorregiões Oeste e Centro-Sul do Estado do Paraná localiza-se o Território Cantuquiriguaçu, formado por 20 municípios, com diversidade de atores sociais, entre os quais camponeses com terra e sem-terra, indígenas, atingidos por barragens, entre outros (CONDETEC, 2009). A formação fundiária e social dessa região do Estado do Paraná está associada ao processo de ocupação do território e as condições geográficas da região. A geografia da região, o relevo ondulado e as formações de florestas possibilitaram atividades de extração, enquanto em áreas planas campestres houve exploração da pecuária. Sobre esse território, havia inicialmente uma grande população de indígenas Kaingang, porém, no período de 1900 a 1920 a região teve um incremento significativo da população, causado pela:

“[...] presença de peões e agregados expulsos de fazendas e terras das proximidades em busca de subsistência; foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, transformando o espaço em local de fugitivos da lei; bem como de posseiros refugiados do Contestado expulsos da terra pela empresa colonizadora americana Brazil Railway Co.; argentinos e paraguaios em busca de erva-mate.” (WACHOWICZ, 1985 apud JANATA. 2012, p. 55).

Essa população, que veio para ocupar a região, constituiu relações sociais e econômicas que permitiram, em 1960, o início da acumulação de capitais por um pequeno grupo de proprietários de terras. Esse grupo obteve significativo domínio sobre os meios de produção regionais entrando em atrito com os outros agentes sociais, promovendo um significativo processo de disputa política e territorial. De forma que

“O enriquecimento dos fazendeiros levou às disputas pelo controle político regional e desdobrou em conflitos pela posse da terra e a disputas pelo controle político (que passava pelo controle da terra). A falta de comunicação e isolamento da região contribuiu para a formação de uma cultura de violência que persistiu até tempos recentes” (FABRINI, 2002, p. 156).

Em decorrência da crise da pecuária e de problemas deste setor a nível nacional, no período entre o final do século XIX e início do século XX, houve um aumento da extração vegetal em regiões ainda não exploradas mais intensamente. De forma que pelas características naturais, com densidade de ervateiras e araucárias, essa região torna-se uma alternativa de exploração. Com o fim da extração dos recursos naturais atenua-se o processo de concentração dos meios de produção já iniciado e “neste contexto, ocorreu à apropriação de grandes áreas de terra formando, conseqüentemente, grandes latifúndios” (FABRINI, 2002, p. 157). Emerge, dentro dessas movimentações, a criação da Empresa madeireira Giacomet-Marodin, atualmente conhecida como Araupel Celulose, que chegou a

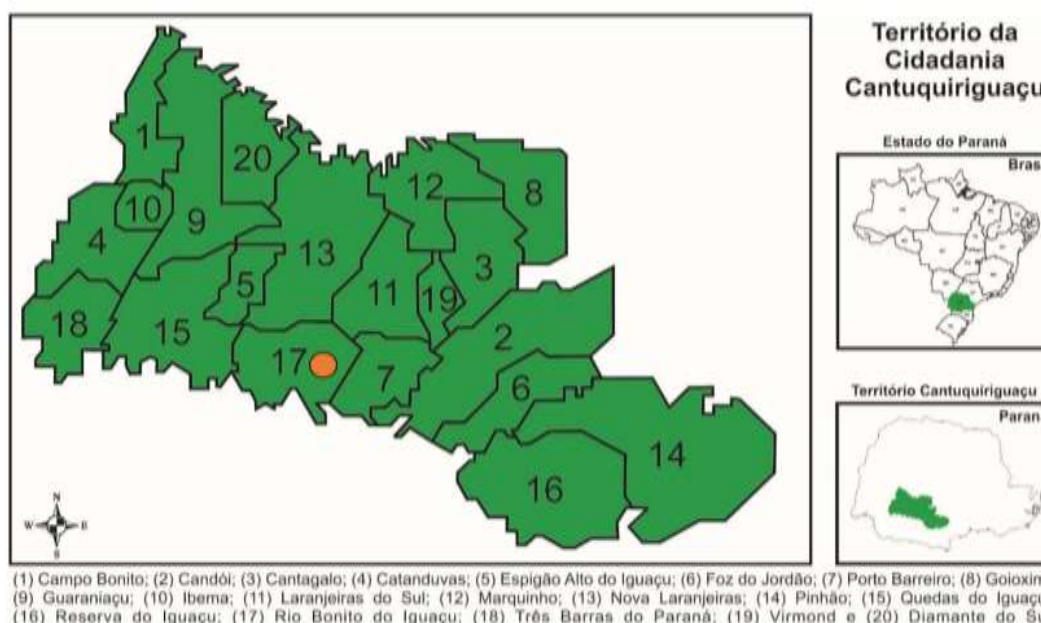


possuir uma área total de 83 mil ha (COCA, 2015). Esta empresa, na região Centro-Sul do Paraná, abarcava, em 1996, parte considerável de três municípios, ocupando 49,6% das terras de Rio Bonito do Iguaçu; 26,7% de Quedas do Iguaçu e 10,9% de Nova Laranjeiras (JANATA, 2012).

Nessas condições, a agricultura familiar ficava a margem, explorando áreas florestais e de topografia ondulada com dificuldades de extrair estabilidade econômica. Uma das atividades desenvolvidas por esses pequenos agricultores nas áreas florestais é a suinocultura, que cria condições para o desenvolvimento do comércio e a estruturação de um mercado interno regional (FABRINI, 2002).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, dentro do território ocorre um fortalecimento dos movimentos internos contra as forças do latifúndio que culminam em grandes acampamentos de Sem Terra e o início do desmonte do latifúndio da Giacometi-Marodin (CEZIMBRA, 2013; JANATA, 2012). Inserido nesse processo histórico está a formação de Rio Bonito do Iguaçu, que anteriormente era vila de Laranjeiras do Sul, que foi emancipado em 19 de março de 1992, ocupando uma área de 746 km<sup>2</sup>. Na figura 01 está a representação da localização do município de Rio Bonito do Iguaçu que consiste na área realçada no mapa.

**Figura 01– Localização do Território Cantuquiriguaçu, no Paraná e no Brasil, com destaque para o município de Rio Bonito do Iguaçu - 2016.**



Fonte: NEDET/UFFS, 2016.

No município, além do forte poder de impacto ambiental que a madeira possuía, a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, que começara a ser construída em 1970, alterou

significativamente a paisagem da região. Este impacto, que não pode ser totalmente mensurado, atingiu 170 famílias, as quais passaram por processos controversos de reinstalação e indenização pela perda de suas terras (JANATA, 2012). Essas contradições regionais, juntamente com um contexto nacional favorável, propiciou a ocupação da Fazenda Pinhal Ralo, em 17 de abril de 1996. Aproximadamente três mil famílias se instalaram neste local, buscando pressionar e viabilizar a reforma agrária na região. Essa ação, liderada pelo MST, permite a criação de dois assentamentos de reforma agrária: Ireno Alves dos Santos em 1997 com 934 famílias e Marcos Freire, em 1998, com 578 famílias (FABRINI, ROSS e MARQUES, 2007)<sup>3</sup>.

Com relação ao perfil das pessoas que se encontravam nesta região, a Divisão de Assentamentos e Conflitos Agrários da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Paraná fez um levantamento sobre a composição das 2.888 famílias que estavam acampadas na Fazenda Pinhal Ralo, dez dias após sua ocupação. Os resultados foram que

“7,37% empregados rurais temporários (bóias-frias); 11,39% trabalhadores urbanos; 8,69% desempregados urbanos; 9,07% arrendatários; 6,99% mão de obra familiar; 4,26% meeiros; 2,87% empregados rurais permanentes; 1,45% desempregados rurais; 1,04% proprietários; 0,21% posseiros; 6,65% não especificados e quase 40% restantes eram desempregados.” (JANATA, 2012, p. 73).

Com relação à origem dos acampados, a Folha de Londrina (1996) aponta o número expressivo de trabalhadores que vieram de Foz do Iguaçu, bem como o papel desempenhado por brasiguaios na ocupação e a predominância de origem de trabalhadores de pequenos municípios da região Sudeste e Centro Oeste. Além desta, outras lutas camponesas irão se somar e alterar substancialmente a composição regional da distribuição fundiária, sendo que, as famílias assentadas em 2010 representam “21% dos agricultores familiares do Território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar” (MORAES, 2013, p.159).

Um aspecto que deve ser considerado é o perfil da agricultura praticada nos assentamentos rurais. É perceptível que ocorre uma disputa entre modelos mais tradicionais de agricultura e a agricultura convencional, com modelos mais sustentáveis de produção, os quais são estimulados pelos movimentos sociais pela luta e conquista da terra (a partir dos anos 1990) (COCA, 2011; FABRINI, 2002; CEZIMBRA, 2013). Assim, acontece com as famílias assentadas o mesmo fenômeno ocorrido com outros segmentos da agricultura a partir do avanço do modelo da revolução verde nos anos 1990. Mesmo assim, após o

---

<sup>3</sup> No ano de 2015 ocorreu mais um avanço dos trabalhadores Sem Terra contra o latifúndio da Araupel Celulose (cujo patrimônio fundiário foi formado por terras griladas da União). Dois acampamentos do MST se estabeleceram na região: Herdeiros da Luta (Rio Bonito do Iguaçu) e Dom Tomás Baudoino (Quedas do Iguaçu). Este conflito agrário (como tanto outros) está imerso em violência. Resultando na morte de dois trabalhadores Sem Terra em um confronto no ano de 2016 em Quedas do Iguaçu.

processo de redistribuição fundiária, as famílias assentadas geralmente, em maior ou menor medida, se inserem paulatinamente dentro do modelo de agricultura da revolução verde.

### Assentamentos, estrutura fundiária e produção agropecuária

O primeiro elemento a ser analisado nessa seção se refere aos dados referentes a estrutura fundiária de Rio Bonito do Iguazu. Através desses é possível visualizar uma mudança significativa, principalmente no número de estabelecimentos agropecuários, que passou de 756 em 1995/1996 para 2.646 em 2006, variação que é fruto principalmente dos assentamentos de reforma agrária. A distribuição da área do município, de acordo com o tamanho dos estabelecimentos, também se alterou de forma significativa. Anteriormente aos PA's, a predominância na área total era de estabelecimentos entre 10.000 e 100.000 ha, após a implementação dos PA's, a predominância passa a ser entre dez e vinte hectares.

**Tabela 1 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 1995/1996 e 2006.**

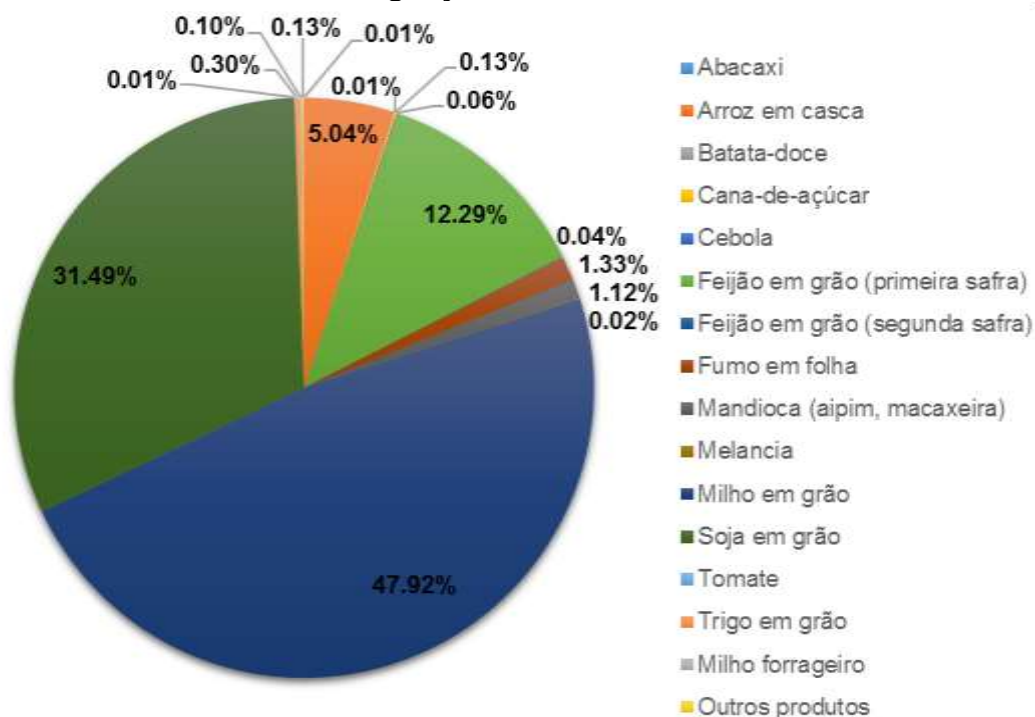
Condição do produtor	1995/1996			2006		
	Número de estab.	Área ocupada (Hectares)	% da área total	Número de estab.	Área ocupada (Hectares)	% do total de estab.
Proprietário	622	56.290,076	96,09%	672	21.176	46,38%
Arrendatário	46	964,652	1,65%	28	490	1,07%
Assentado sem titulação definitiva*	-	-	-	1.530	22.183	48,59%
Parceiro	22	207,837	0,35%	16	271	0,59%
Ocupante	66	1.116,749	1,91%	145	1.537	3,37%
Total	756	58.579,314	100,00%	2.646	45.656	100%

\*presente apenas na metodologia do Censo Agropecuário de 2006.

Fonte: IBGE, 2013.

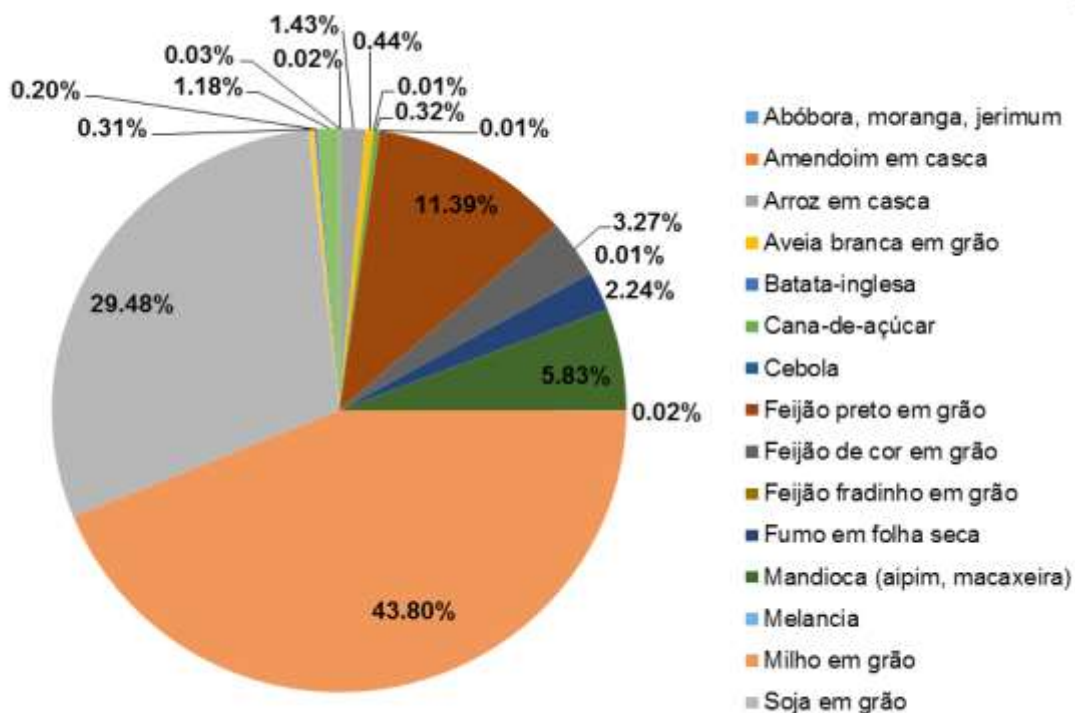
Quanto ao perfil da produção agropecuária da região, alguns dados realçam as principais atividades desenvolvidas. Com relação a lavoura temporária, mesmo com as mudanças metodológicas, observa-se uma elevação não muito significativa da área plantada. Porém, houve uma modificação na distribuição da produção entre as categorias de produtores e seus percentuais de participação no valor da produção (Gráfico 01). Sendo que, os assentados nesse cenário, como destacado anteriormente, desempenham um papel importante na produção.

**Gráfico 1 - Porcentagem da área de lavoura temporária por cultura, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.**



Fonte: IBGE, 2013.

**Gráfico 2 - Percentual da área colhida de lavoura temporária por produto, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.**



Fonte: IBGE, 2013.

É salutar ressaltar que, diferentes de outras regiões, este território onde estão localizados os assentamentos tem um processo de implementação tardio do modelo da revolução verde<sup>4</sup>. De forma que, por ser uma região periférica, este modelo vem iniciar seu processo de territorialização e expansão a partir dos anos 1980, entrando em conflito com outras maneiras de fazer agricultura. Os assentados são influenciados por esta e outras formas de produção, adotando, quando possível, essa forma de fazer agricultura. Prova disso é que as produções das *commodities* (soja e milho) se mantêm estabilizadas nos dois períodos analisados.

Na lavoura permanente ocorreram modificações significativas no sentido de redução do valor e da área colhida, resultado das alterações na metodologia do IBGE no Censo Agropecuário de 2006. A produção de hortaliças também sofreu alterações em decorrência das modificações metodológicas. Desta forma, as variações que se observou são decorrentes das mudanças na metodologia, e não na produção em si.

Quanto a bovinocultura de leite, a produção no Rio Bonito do Iguaçu aumentou de 1.561.097 litros em 1995/1996 para 15.691.000 litros/ano em 2006. Ainda, em 2006 os assentados são responsáveis por 54,97% dessa produção, a qual representa R\$ 2.899.000,00 (IBGE, 2013). Ainda sobre a produção animal, não se utilizou as mesmas unidades de medidas para analisar os dois períodos, para 1996 estavam disponíveis os dados referentes as cabeças vendidas e, em 2006, estavam à disposição os dados referentes ao rebanho efetivo. Mesmo assim, visualiza-se uma participação significativa dos assentados no número de cabeças dos rebanhos analisados, no ano de 2006, chegando a quase 50% quando se refere a bovinos e quase 60% do total de suínos.

Deve-se ressaltar que existem várias modificações tecnológicas que contribuíram para as melhorias produtivas na agropecuária entre 1996 e 2006. No entanto, existem limitações para o acesso da agricultura do tipo familiar a esse tipo de tecnologia pela limitação de crédito e estrutura para a adaptação ao modelo tecnológico proposto. Observando os dados, se conclui que os assentamentos promoveram uma modificação fundiária no município de Rio Bonito do Iguaçu, porém está modificação não avança para alterações estruturais da base produtiva. Por mais que tenha ocorrido um relativo aumento da diversidade e da quantidade produzida, as alterações estruturais produtivas estão condicionadas a outros elementos macroeconômicos e ao tecido social.

É possível visualizar iniciativas que contribuem para essas alterações, inclusive dentro do próprio MST. Evidencia desta política foi adoção da agroecologia<sup>5</sup> no Congresso

---

<sup>4</sup>Esta é a segunda revolução agrícola da modernidade, pautada na quimificação, monocultura e mecanização das produções agropecuárias (MAZOYER e ROUDART, 2010).

<sup>5</sup>A agroecologia trata de aspectos produtivos e técnicos de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, trabalha as bases científicas desses arranjos, mas também comina em um movimento que propõem

Nacional do movimento 2000, no qual se colocou como linha geral a produção agroecológica. Em nível regional, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Formação em Agroecologia (CEAGRO) promove diversos cursos de formação com foco em agroecologia. Até 2016, aproximadamente 130 técnicos foram formados, além do desenvolvimento de 26 projetos agroecológicos na região, com foco na agroecologia, entre 2001 e 2010 (SANTOS, 2016). No entanto, os efeitos não são imediatos de forma que, por exemplo, no Assentamento Ireno Alves dos Santos, mesmo com inúmeras atividades organizadas nesse sentido, não existe uma efetividade de transição ecológica da produção, visto que menos de 10% das 934 famílias têm sua produção em processo de conversão (CEAGRO, 2011).

### Assentamentos, dinâmica populacional e econômica

Para compreender as alterações na dinâmica populacional do município de Rio Bonito do Iguaçu, em decorrência da instalação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, a tabela 2 expõe os dados populacionais e as variações no período entre 1991 e 2010.

**Tabela 2 – População total/rural/ urbana e variação populacional, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1991, 2000 e 2010.**

Ano	População Total			População Rural			População Urbana		
	Total	%	Variação	Total	%	Variação	Total	%	Variação
1991	5.770	100	-	5.056	87,63	-	714	12,37	-
2000	13.791	100	139,01%	11.913	86,38	135,61%	1.878	13,62	163,01%
2010	13.661	100	-0,93%	10.339	75,68	-13,20%	3.322	24,32	43,47%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

No período de instalação dos assentamentos, entre 1991 e 2000, ocorre um aumento de 139% na população do município, sendo que o acréscimo maior foi direcionado para a área urbana. Após o processo de redistribuição fundiária, é possível observar que do ano de 2000 para 2010 a população rural e total começam a diminuir. Esse processo está relacionado não apenas aos fatores internos do município, mas a processos estruturais que tencionam as organizações sociais para a urbanização e centralização da população (Mc NEILL, 2011).

Quando os assentamentos são instalados as pessoas que migraram e foram alocadas através da política pública de reforma agrária, trazem consigo toda uma bagagem cultural e social, que também permite alterações nas dinâmicas e fluxos municipais. Isso

---

modificações culturais, sociais e de ordem política ligadas à agricultura (COSTABEBER e MOYANO, 2000; GUZMAN, 2013).

pode refletir no comportamento dos indicadores socioeconômicos, que se visualizam nas Tabelas 3 e 4.

**Tabela 3– Indicadores da população extremamente pobre, 20% da população extremamente rica, Índice de Gini, para o Brasil e o município de Rio Bonito do Iguaçu, nos períodos de 1991, 2000, 2010.**

Ano	Brasil		Rio Bonito do Iguaçu		Brasil	Rio Bonito do Iguaçu
	20% mais ricos	Extremamente pobres	20% mais ricos	Extremamente pobres	Gini	Gini
1991	67.21%	18.64%	51.16%	42.80%	0.63	0.46
2000	67.56%	12.48%	63.10%	26.36%	0.64	0.59
2010	63.40%	6.62%	54.04%	9.67%	0.60	0.50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

**Tabela 4 – Renda per Capita e sua variação, Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o Brasil e o município de Rio Bonito do Iguaçu, nos períodos de 1991, 2000, 2010.**

Ano	Brasil		Rio Bonito do Iguaçu		Brasil	Rio Bonito do Iguaçu
	Renda per capita (Reais)	Variação	Renda per capita (Reais)	Variação	IDH	IDHM
1991	447.56	-	118.37	-	0.493	0.319
2000	592.46	32,37%	246.86	108,55%	0.612	0.466
2010	793.87	34%	405.76	64,37%	0.727	0.629

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Os indicadores socioeconômicos apresentados permitem visualizar uma melhora nos níveis de renda e uma diminuição significativa na população em situação de vulnerabilidade. No entanto, quando analisados os do índice concentração de recursos (índice de Gini<sup>6</sup> e riqueza absorvida pelos 20% mais ricos) não ocorrem alterações significativas. Observando os dados, percebe-se que no mesmo período de implementação dos assentamentos (1991-2000) ocorreu um aumento significativo na renda *per capita* média do município (108,55%). O aumento observado foi muito superior ao ocorrido no país como um todo no mesmo período, com uma elevação de 32,37%. No período posterior, 2000 a 2010, observam-se um aumento da renda *per capita* novamente maior que a nacional, com a renda *per capita*, porém com um percentual de variação menor que o do período anterior.

Sobre o comportamento da renda *per capita* é importante ressaltar que em 1994, que foi o período com maior variação nesse indicador, ocorreu a implementação do Plano Real, o qual permitiu uma estabilidade de preços no país, provocando impactos na produção

<sup>6</sup> O índice de Gini mede o grau de concentração, assim medidas mais próximas de zero demonstram menores concentrações ao ponto que índices de Gini mais próximos de um demonstram maior concentração (AMBROSIO *et al.*, 2008).

e distribuição de riqueza. Outro ponto de atenção com relação à análise da renda *per capita* é que o aumento da população provoca um aumento no nível de produto gerado no setor produtivo da economia. Assim, o acréscimo demográfico significativo que houve no município de 1991 para 2000 pode ter influenciado no aumento do produto da economia local e no valor médio da distribuição *per capita*.

O índice de Gini de Rio Bonito do Iguaçu em 1991 apresentava um valor de 0,46, que demonstra um cenário de concentração de renda, porém menor do que o observado no resto do país. Em 2000 o valor do índice se elevou passando para 0,59, diminuindo posteriormente de acordo com os dados de 2010 para 0,50. Os valores nacionais nesse período também aumentaram de 1991 para 2000 (0,63 para 0,64) e diminuíram de 2000 para 2010 (0,64 para 0,60), no entanto os dois cenários, municipal e nacional, demonstram um nível de concentração de riqueza considerado alto. Investigando as origens desses resultados, analisa-se outros indicadores de distribuição e de concentração que estão relacionados a quantidade de riqueza que está sendo absorvida pelo 20% mais ricos da população e a porcentagem da população que se caracteriza como extremamente pobres. Em 1991, observando o caso do Brasil, os 20% mais ricos da população detinham 67,21% da riqueza produzida no país e 18,64% da população localizava-se na categoria de extremamente pobres. Entre 2000 e 2010 a situação pouco se altera, o que se altera nesse período é a porcentagem de extremamente pobres que diminui nos três períodos, passando de 18,64% em 1991 para 6,62% em 2010, indicando a redução da população que vive com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em nível nacional.

No caso de Rio Bonito do Iguaçu, pode-se visualizar uma situação diferente da observada de forma geral no país com relação a concentração da riqueza pelos 20% mais ricos do município. Observa-se que, de 1991 para 2000, ocorreu um aumento na concentração de riqueza em um único extrato da população, esse movimento já pode ser visualizado no comportamento do Índice de Gini que demonstrou aumento da concentração da riqueza entre 1991 e 2000. E assim como o Índice de Gini, a concentração de riqueza nos 20% mais ricos da população do Rio Bonito do Iguaçu diminuiu em 2010.

A porcentagem da população que se encontra na faixa de extrema pobreza obteve reduções sensíveis nos períodos analisados. Entre 1991 e 2000 houve uma variação de -37,78% de um período para outro. A variação é ainda maior se comparado o período de 2000 com 2010, havendo uma variação de -175,59, uma vez que a porcentagem de extremamente pobres diminuiu de 26,36% da população em 2000 para 9,67% em 2010. Segundo Esquerdo (2011), o governo federal no período de 2000 a 2010 empregou políticas governamentais e transferência de renda fortemente ligadas a erradicação da miséria extrema no país, esse fator pode ser um dos geradores dessa redução no número de pessoas que vivem na extrema miséria em Rio Bonito do Iguaçu e no Brasil.



Sobre os assentamentos e sua relação com a pobreza, Leite (2010), descreve as debilidades da situação inicial dos assentados e sua condição no início do processo de implementação dos assentamentos. Essas adversidades iniciais podem ser uma das motivações para que o período de 1991 a 2000 não tenha tido uma redução maior da extrema pobreza no município (em decorrência do estágio inicial dos PA's). Este tema pode ser objeto de pesquisas futuras, analisando os elementos que podem ter contribuído para essa situação de pobreza e a relação que pode ter com os PA's do município.

Ademais é visível a movimentação e geração de riqueza que a implementação dos assentamentos fomentou quando se analisa a composição do Produto Interno Produto (PIB) e as observações sobre o emprego. Os dados do PIB municipal demonstram um comportamento atrelado ao PIB do setor agropecuário, sendo este o principal empregador do município. O que se manifesta também nos empregos formais que saltaram de 5 em 1996 para 246 em 2010, com um saldo (relação entre admitidos e desligados) de -2 em 1996 para 92 em 2010 (IPARDES, 2013). O que demonstra que grande parte da população empregada pode estar realizando atividades no campo não remuneradas via emprego formal.

De acordo com o IPARDES (2013), a população ocupada no município é de 8.102 pessoas, muito superior aos dados do emprego formal. As alterações que ocorreram no cenário brasileiro têm influência nas modificações que ocorrem em Rio Bonito do Iguaçu. No entanto, a condição socioeconômica do município de forma geral é frágil considerando que cerca de 9% da população ainda vivia na extrema miséria em 2010, que o índice de desenvolvimento da educação ainda é muito baixo e que, mesmo com uma melhora significativa, a renda *per capita* média tem valores inferiores ao salário mínimo (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013).

### **Considerações finais**

Os apontamentos realizados sobre as variáveis socioeconômicas possuem consonância com as teorias expostas que estudam o impacto dos assentamentos nas suas regiões de instalação. Pela metodologia que se adotou, disponibilidade dos dados e o objetivo deste estudo, alguns impactos apontados pelos autores não puderam ser identificados. Como é o caso dos efeitos multiplicadores dos PA's, listados por Leite (2010), sobre a arrecadação governamental, movimentações bancárias, influência sobre aspectos políticos e legais. Também não foi possível verificar a capacidade que as modificações demográficas causadas pelos assentamentos possuem de alterar a cultura e modificar a tecnologia utilizada nas suas regiões de instalação. Sinaliza-se esses dois pontos com essenciais para futuros estudos sobre assentamentos rurais.

Retomando a análise de resultados, o indicador econômico de produção, obtido através da análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006, permite observar que os assentamentos permitiram efeitos de ordem produtiva, mesmo com as disfunções existentes entre os dados dos dois Censos Agropecuários. Com relação aos indicadores socioeconômicos analisados, observa-se uma melhora durante os períodos analisados que pode ser associada as modificações provocadas pelos assentamentos. O crescimento demográfico do município, em decorrência dos PA's, propicia aumento da dinâmica econômica do município e uma modificação das proporções dos habitantes do meio rural. As variáveis relacionadas a renda também se alteram no período analisado, pelas modificações referentes ao emprego e a produção que ocorreram no município.

Porém, mesmo com a ação de reforma agrária realizada no município, a desigualdade e a concentração de renda são visíveis nos índices apresentados, havendo disparidades também quando se observa que a terra ainda possui um considerável grau de concentração. Esse cenário de concentração fundiária e de renda pode ser observado também em nível nacional, o que demonstra que não é algo restrito a Rio Bonito do Iguaçu e pode estar sendo influenciado por um comportamento macroeconômico e social, uma vez que existe um processo histórico de formação de desigualdades regionais. Os processos referentes aos movimentos históricos que conduziram a desigualdades regionais geraram também disparidades entre os setores da economia como pode ser visualizado na relação os diferentes setores dentro da própria agricultura.

Contudo, com as variáveis analisadas é possível verificar a capacidade que a redistribuição fundiária tem de gerar efeitos multiplicadores na região de instalação dos assentamentos, principalmente sobre a renda e a produção. Também é perceptível que ocorreram movimentações do município no sentido de melhora da condição social, mesmo permanecendo um estágio ainda debilitado quanto ao desenvolvimento, não se pode afirmar que a contribuição dessa nova população tenha alterado questões políticas e legais profundamente.

Diante dos elementos expostos, o estudo alcançou o objetivo proposto, uma vez que com base nos dados analisados observa-se que ocorreu uma evolução positiva nos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do Iguaçu. Entretanto, não é possível concluir especificamente se a natureza das alterações é **apenas** em decorrência dos assentamentos de reforma agrária realizadas no município dado a imensidão de fatores envolvidos nesse tecido social. Porém, as modificações que ocorreram na demografia, produção e no emprego causadas pelos assentamentos rurais demonstraram sua capacidade de gerar efeitos multiplicadores na economia municipal.

A não possibilidade de determinação da intensidade dos impactos que os assentamentos trouxeram (tanto positiva como negativamente) está relacionada, em parte, a

falta de dados que se refiram as áreas de assentamentos, ao processo de reforma agrária e mesmo sobre o meio rural do país de forma geral. O problema em encontrar dados concretos sobre a situação da produção, uso das terras, pessoas que trabalham sobre os lotes entre outros aspectos que teriam papel chave na possibilidade de visualização da eficiência e das debilidades dos assentamentos. De forma geral, as informações secundárias usadas no estudo não permitem retratar a realidade sem distorções, sendo necessário um estudo de caráter mais aprofundado para investigar outros agentes e fatores que possam ter gerado e ser causadores da evolução dos indicadores socioeconômicos de Rio Bonito de Iguazu, em conjunto com os PA's.

Por fim, o trabalho que se realizou tem sua importância ao representar um esforço de colocar um olhar sobre uma questão com várias lacunas de estudo e que como visualizado tem um nível alto de complexidade e um impacto significativo na sociedade. Os assentamentos rurais possuem um papel estratégico na construção de alternativas que visem superar as desigualdades regionais e formar uma proposta diferenciada para o desenvolvimento socioeconômico do país.

## Referências

AMBROSIO, Luís Alberto, FASIABEN, Maria do Carmo Ramos, ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Distribuição locacional agropecuária e concentração fundiária na Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi Guaçu e Pardo. In: **46th Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2008, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/138.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Consulta do perfil e variáveis do desenvolvimento por município**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia. **ATER como Instrumento de Fortalecimento das Comunidades do Assentamento Ireno Alves dos Santos: construindo e consolidando a viabilidade econômica e soberania alimentadas famílias assentadas através da agroecologia**. Chamada Publica ATER, 2011.

CEZIMBRA, Elmar do Nascimento. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. 192 f. Dissertação (mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Sustentável. Pato Branco: UTFPR, 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu–Estado do Paraná**. 2011. 295 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. O Programa de Aquisição de Alimentos como uma política pública emancipatória no Território Cantuquiriguaçu-PR. **REVISTA NERA**, n. 26, p. 165-182, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3575> Acesso em: 10 de nov. 2017.

\_\_\_\_\_. DEBATENDO O CONCEITO DE REFORMA AGRÁRIA: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 170-197, 2013.

CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Cantuquiriguaçu - Território Paraná: Estratégia para o desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009.

COSTABEBER, José Antônio, MOYANO ESTRADA, Eduardo. Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v.1, n.4, p.50-60; out.dez/2000. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf> Acesso em: 06 nov. 2014.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque *et al.* Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas. In: SCHMIDT, Benicio Viero *et al* (orgs.) **Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 1998.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 294 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/fabrini.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2013.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoní, MARQUES, Erwin B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**, Ano VIII, n. 16, p. 33-41, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/1453/1183>> Acesso em: 21 mai. 2013.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS editora, 2005.

FOLHA DE LONDRINA. **Acampamento já reúne 13.276 pessoas/Alimentação de famílias custaria R\$ 190 mil/mês**. Londrina, PR, 14 de jun. 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo: 2003.

GONÇALVES, Renata. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. **REVISTA NERA**, n. 5, p. 43-55, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1469/1445> Acesso em: 19 de nov. de 2017.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. In: **Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible**. Barcelona: Cajamar, 2013. p. 85-109.

HOFFMANN, Rodolfo, NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <[http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/download\\_orig\\_file?pageflip\\_id=8632224](http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/download_orig_file?pageflip_id=8632224)> Acesso em: 25 jul. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/1996 e 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>> Acesso em: 06 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006, dados preliminares**. IBGE, Rio de Janeiro, p.1-146, 2007. Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> Acesso em: 19 jun. 2013.

JANATA, Natacha. **“Juventude que ousa lutar!”**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 276 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LEAL, Alzira Elaine Melo, SOUZA, Carlos Eduardo Gerzson de. **Construindo o Conhecimento Pela Pesquisa**: Orientação Básica para elaboração de trabalhos científicos. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, Pedro Sisnando *et al.* (orgs). Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: **Paralelo**, v. 21, 2000. Disponível em: <[http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro\\_reforma\\_agraria\\_e\\_desenvolvimento\\_sustentavel.pdf](http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_reforma_agraria_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf)> Acesso em: 05 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil**: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**, 2010, Fortaleza. Disponível em: <[http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo\\_27.pdf](http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_27.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista Nera**, n. 9, p. 144-158, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1949>>. Acesso em: 19 de nov. 2017.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

McNEILL, John R. Combustibles, Herramientas y economia. In: **Algo Nuevo Bajo el Sol**: historia medio ambiental del mundo em el siglo XX. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, n. 8, p. 151-172, 2012. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1445-4199-1-PB.PDF>>. Acesso em: 19 nov. 2017

MORAES, Vitor de. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu–Estado do Paraná**: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. 2013. 311 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108654/000760524.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular, São Paulo, 2001.

NETO, João Ambrósio Ferreira *et al.* A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 1, p. 153-164, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewArticle/588>> Acesso em: 20 jul. 2013.

SANTOS, Cristina Sturmer dos. **Análise do processo de transição agroecológica das famílias agricultoras do Núcleo da Rede Ecovida de agroecologia Luta Camponesa.** Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Dissertação de Mestrado. 196 f. Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul: 2016.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

STÉDILE, João Pedro, LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual Editora, 1997.

TEÓFILO, Edson, OLINTO, Pedro. Seminário Internacional sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. In: TEÓFILO Edson (org.) *et al.* **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico.** Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. Disponível em: <[http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Distribuicao\\_riqueza\\_crescimento\\_economico.pdf](http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Distribuicao_riqueza_crescimento_economico.pdf)> Acesso em: 25 jun. 2013.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: conceitos básicos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

---

## Sobre os autores

---

**Cristina Sturmer dos Santos** – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil; Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.

---

**Luis Claudio Krajevski** – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Doutorado em andamento em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau; Professor Assistente II na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.

---

## Como citar este artigo

---

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKI, Luis Claudio. Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 39-61, jan.-mar. 2018.

---

## Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Cristina Sturmer dos Santos** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e suas interpretações e análises; e o segundo autor **Luis Claudio Krajevski**, pelos procedimentos de tradução do artigo, orientação na produção e revisão do trabalho.

Recebido para publicação em 26 de abril de 2017.  
Devolvido para a revisão em 10 de novembro de 2017.  
Aceito para a publicação em 21 de novembro de 2017.

---